



Anais da Assembléia

Nº 153

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 15 DE DEZEMBRO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiele Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** – 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; **PFL** – 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT** – 07: Algaci Ormário Túlio - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** – 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** – 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** – 03: Ovídio José Constantino - Emami Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL** – 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 14.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 1994

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Luiz Carlos Alborghetti.

Às quatorze horas e dez minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartório, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Caio Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kiesel, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duffio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Ernani Puddell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton Servo, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (53). Achando-se ausente a Senhora Deputada Emilia Belinati.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em discussão a Ata. Em votação.

O DR. ROSINHA - Não foi lida na Ata os votos contrários da Bancada do PT aos referidos Projetos da Sessão anterior. Gostaríamos que fizesse parte da Ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - Queria dizer a V.Exa., se me permite, eu estou lendo apenas um resumo da Ata para que os trabalhos se adiantem. Mas na Ata consta os votos em contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - De fato, a Ata que é lida é um resumo da

Ata principal que é elaborada pela assessoria. Na Ata principal consta os votos contrários manifestados por V.Exa., assim como esses votos contrários foram registrados já pelo nosso serviço de Taquigrafia.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Não estou vendo constar na pauta a Resolução 053/94, que fez parte da primeira votação e entraria, agora, em segunda votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Procede a Questão de Ordem de V.Exa.. A assessoria está nos informando que ao xerocar a Ordem do Dia está faltando a inclusão de uma folha. Portanto, a Presidência suspende a Sessão por alguns instantes até que seja suprida essa falha, que é decorrência do volume de matéria que estamos apreciando no dia de hoje.

(Está suspensa a Sessão.)

Está reaberta a Sessão.

O Sr. 1º Secretário procederá a leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2795

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, preferência de votação, para o Projeto de Resolução nº 53/94, item 38.

Sala das Sessões, em 15.12.94.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO Nº 2805

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário preferência de discussão e votação ao Projeto de Lei nº 370/94, item 24.

Sala das Sessões, em 15.12.94.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 2807

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER que o Projeto de Lei nº 594/93, tenha seu trâmite normal, sem dispensa de Redação Final.

Sala das Sessões, em 15.12.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO Nº 2806

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, retirada do Projeto de Lei nº 433/94, por 10 (dez) Sessões.

Sala das Sessões, em 15.12.94.

(a) PAULO MAIA

REQUERIMENTO Nº 2809

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 15.12.94.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2808

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no Regimento Interno, e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a transformação do Plenário em Comissão Geral nos dias 14 e 15 do corrente, para votar o projeto do Governo que trata da ajuda aos municípios.

Sala das Sessões, em 15.12.94.

(a) JOSÉ TAVARES

Apoio: Renato Adur.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está reaberta a Sessão, e encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Solicito a atenção dos Senhores Deputados para alguns esclarecimentos que se fazem necessários: na elaboração da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária não foi incluído o Projeto de Lei 225/94, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese e nós o incluíremos como item 2A - Projeto de Lei 225/94, já que existe um espaço e ele está em 3ª discussão, então passa a constar como item 2A da presente Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Deputado Anibal Khury, constante do expediente, requer preferência de discussão e votação ao Projeto de Lei 370/94, que trata do IPVA. Preferência de discussão e votação. APROVADO.

De autoria do Deputado Nilton Barbosa, preferência de discussão e votação a Resolução 53/94 - Em votação. APROVADO.

Atendendo as preferências de votação:

ITEM 24

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 370/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 142/94, que altera os dispositivos da Lei nº 8.925, de 28 de dezembro de 1988 (Lei do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA). Conforme especifica. COM PARECER DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. EMENDAS DE PLENÁRIO - CONTRÁRIO DA C.C.J..

Em votação o projeto ressalvadas as emendas. APROVADO.

Vamos a votação das emendas.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Pediria a V.Exa., se não for abusar da bondade dessa Presidência, que lesse emenda por emenda, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Emenda modificativa da Comissão com o seguinte teor: (Lê Emenda).

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) - Só esclarecendo o Plenário do seguinte: no ano anterior a alíquota era de 2% e esse ano veio uma alíquota de 3% do IPVA.

Evidentemente é uma alíquota abusiva, um valor muito grande que vai ser cobrado indistintamente de pessoas e muitas delas vão ter dificuldades. Nós mesmos que pagamos o nosso IPVA já sabemos que não é um valor pequeno. Então, esse valor terá um acréscimo de 50% esse ano se for mantida esta alteração que o Governo do Estado introduziu.

Então, eu quero chamar a atenção aí dos Senhores Deputados no sentido de que a gente restabeleça os 2%. Acho que é uma quantia já muito significativa. É preciso lembrar que muita gente consegue comprar, adquirir um veículo a duras penas, a mantê-lo, e ainda terá um aumento de 50% no imposto, se for mantida a redação original.

Então o objetivo da nossa emenda, que foi aprovada por unanimidade na CCJ, é nesse sentido, de melhorar o Projeto e, principalmente defender o contribuinte, é demais um imposto que nós consideramos abusivo. Então, este é o nosso entendimento e pedimos o apoio dos colegas a defesa desse contribuinte.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a emenda modificativa da CCJ.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu quero apenas deixar a posição da Liderança do Governo. Eu não posso de forma alguma em que pese compre-

ender os objetivos do Deputado Ernani Pudell, deixar de acompanhar a Mensagem do jeito que veio encaminhada pelo Governador Mário Pereira. Então, eu faço aqui um apelo aos Deputados que aqui têm apoiado o Governo para que nos ajude a manter a proposta do jeito que o Governador Mário Pereira enviou a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência, para melhor orientação dos Senhores Deputados, informa o seguinte: No texto original que está sendo proposto pelo Governador Mário Pereira diz: "artigo 4º: as alíquotas do IPVA são, 1% para ônibus, caminhões e quaisquer outros veículos registrados no DETRAN, na categoria aluguel, ou espécie e carga; inciso 2, 1,5% para veículos pertencentes a locadoras e destinadas as locações; e o item 3º, que está sendo objeto de modificação, 3% para os demais veículos.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Vejam bem, esse é o objetivo da emenda, se diz que o locador, quer dizer, a atividade econômica que recebe pelo uso do veículos vai pagar 1,5%; aquele que usa o veículo, às vezes para trabalho, um vendedor, qualquer profissional, ou mesmo um particular, é um cidadão que paga a sua prestação, seu consórcio, vai pagar 3%, paga o dobro. Quer dizer, é um contrasenso absurdo.

Então, volto a insistir Senhor Presidente, o valor que é nesse ano, 2%, o que houve foi um aumento abusivo e uma redução, que nós consideramos inclusive, do ponto de vista da justiça tributária, que não se justifica. O dono da empresa pode pagar até 3%, seria razoável, ele ganha pelo uso do automóvel; agora, o particular não. Então, nós entendemos que a situação está invertida. A solução para nós foi reduzir para 2% e eu peço a compreensão dos Senhores Deputados.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Eu consulto Vossa Excelência, nós fizemos uma inscrição no Grande Expediente e já estamos no processo de votação, e eu consulto Vossa Excelência se essa Sessão é ordinária, ou extraordinária, aonde nós teremos que aguardar a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Sessão é extraordinária, a próxima será extraordinária e somente após é que teremos condição de realizar a Sessão Ordinária, aonde Vossa Excelência se pronunciará no Grande Expediente e após o que estaremos encerrando o período de trabalho desta Sessão Legislativa.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Consulto

Vossa Excelência se o Regimento Interno não estabelece a interrupção desta, a abertura da Sessão Ordinária e a suspensão dela para depois retornarmos a posteriori por causa do horário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não há como encerrarmos o período antes de nós votarmos todas essas matérias. Portanto a Sessão Ordinária nós vamos convocá-la para o horário normal que o Regimento estabelece, até porque as quintas-feiras nós temos convocado normalmente de manhã.

Então, a Presidência tão logo tenha condições, convocará para a Assembléia se reunir a Sessão Ordinária de trabalho e de encerramento do período.

Retornamos à votação do IPVA com encaminhamento de votação para a emenda.

Deputado Paulo Maia com a palavra.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós temos a certeza que a maioria da classe trabalhadora não tem possibilidade de adquirir carros novos, e há uma emenda também encaminhada esta mensagem ao Projeto nº 329 que estabelece quais os veículos que seriam beneficiados com a alíquota menor.

Por isso nós votaremos contrários a esta emenda, encaminhada pelo Deputado Ernani Pudell, e favorável à emenda que estabelece quais os veículos nacionais estrangeiros que deverão ser beneficiados com alíquotas diferentes do IPVA. Inclusive diz na súmula, esta emenda que votaremos favorável e contrário à que foi encaminhada pelo Deputado Ernani Pudell: "Alterar um dos dispositivos que especifica a Lei nº 9886 de 26-12-91 pertinente ao imposto IPVA, das isenções de veículos nacionais e estrangeiros, respectivamente com mais de 15 e mais de 25 anos de fabricação. O Encaminhamento é contrário à redução dos três.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Eu quero chamar a atenção sobre mais um fato que me recordei agora, que foi um debate com o Secretário de Finanças, no tempo do governo Requião, onde discutimos a questão do IPVA. A consequência, é que nas cidades de fronteira estadual, a gente sabe disso, o pessoal vai começar a fazer o IPVA em outro Estado, tanto que o governo de Estado já adequou o IPVA, na época abaixou porque estava havendo uma evasão fiscal muito grande, porque as pessoas iam emplacar em São Paulo, Santa Catarina, em outros Estados, porque lá é muito barato o IPVA. Quer dizer, isto é uma loucura e nós temos que ter essa clareza.

Eu não sei como é que esse aumento permite, eu acho que foi para atender

lobby de locadora, só pode ser, porque reduziram das locadoras para aumentar do povo. A classe trabalhadora também tem automóvel. Não é só trabalhador quem passa fome neste país. Certo. Tem o trabalhador intelectual de classe média, tem o bancário, que tem o seu automóvel, paga o seu consórcio, seu financiamento, adquire automóvel. Automóvel com mais de 15 anos. Mais de 15 anos? 99% da frota tem menos de 15 anos. Nós sabemos disso. Um carro 80, 82, 83 já pagando 3% de IPVA. Vejam o valor que estamos pagando hoje. Quero chamar a atenção dos Senhores Deputados. A gente já paga uma fortuna e vai pagar 50% a mais do que pagava. Vai haver evasão do IPVA. Isso é evidente. Nós sabemos disso. Então eu acho que essa medida, e quero fazer mais um apelo ao líder do futuro governo, que foi empossado na prática, de fato, que é o seguinte: o IPVA não gera uma receita muito grande para o Estado. Não é significativa. Ele é grande parte, consumido na própria estrutura de DETRAN, em repasses, etc. Ele não altera a receita do Estado do Paraná substancialmente. Então eu acho que é uma questão de bom senso. Essa Casa deveria, nesse momento, se pronunciar com bom senso e a favor do interesse da sociedade.

É isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a emenda de autoria, (a emenda modificativa) da CCJ ao artigo 4º, passando de 3% para 2% o IPVA dos demais veículos.

Em votação a emenda.

Os que forem favoráveis, permaneçam como estão.

A Mesa esclarece mais uma vez: temos uma emenda da CCJ, firmada pelo Deputado Ernani Pudell que reduz de 3 para 2% e nós estamos votando a emenda. Os Senhores Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão, os contrários, que se levantem.

Está aprovada a Emenda.

Emenda nº 2 de autoria do Deputado Antônio Annibelli, Emenda de Plenário com Parecer contrário da CCJ. (Lê a Emenda). Em Votação a Emenda. APROVADA.

De autoria do Deputado Anibal Khury, também com Parecer contrário da CCJ. (Lê Emenda).

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, esta Emenda foi rejeitada na CCJ, não que a gente seja contra o mérito da Emenda, mas sabe o Deputado Anibal, que é o subscritor, melhor do que eu, de que é inconstitucional a vinculação de receita. Então foi essa razão do voto contrário da CCJ, não pelo mérito da aplicação do recurso num programa de aten-

dimento à infância e adolescência.

Isso o Governo pode fazer através do orçamento, destinando recursos próprios que serão englobados também os recursos do IPVA.

Então é apenas um esclarecimento que eu quero prestar ao Plenário, porque a Emenda é simpática mas absolutamente inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação.

O SR. ANIBAL KHURY (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, o nobre Deputado Pudell alega a inconstitucionalidade da minha Emenda. Eu devo dizer a S.Exa. que o Paraná dispõe de uma Lei de nº 83/82, cuja súmula é a seguinte: - "Dispõe que os recursos arrecadados, com base nos dispositivos que especifica serão destinados a programas de assistência ao menor, de natureza social e adota outras providências. "Essa Emenda é uma síntese de outras leis, que destina recursos à proteção de menores abandonados. Eu creio que não há vinculação nenhuma, apenas destaca-se uma importância, e no caso tira daqueles que possuem barcos no litoral, barcos de luxo, jet-sky e não sei o que mais, para que seja destinado aos menores.

Eu não vejo inconstitucionalidade nenhuma, desde que há em vigor a Lei 83/82 que destina iguais recursos do Departamento de Trânsito para Assistência aos menores.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Consulta o Dep. Nilton Barbosa se está de acordo com a destinação dos recursos.

O SR. NILTON BARBOSA - Eu concordo. Acho que faz justiça aos menores abandonados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a Emenda. Aprovada. O projeto irá à 3ª Discussão.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Solicitaria uma informação, o item 18 da Sessão anterior, Projeto de Lei nº 394 não consta nesta sessão que estamos votando. Eu consulto a Mesa se o Projeto foi dispensado a Redação Final, ou se foi uma falha, pela pressa, de não consta nessa pauta de agora.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Projeto foi aprovado na Sessão Extraordinária anterior e houve requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, aprovado pelo Plenário pedindo a dispensa de votação para alguns Projetos e inclusão em Redação Final de outros Pro-

jetos que figuraram na Sessão Ordinária. Esse Projeto teve dispensa de Redação aprovada pelo Plenário.

ITEM 38

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 053/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de Plebiscito, na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Campinho desmembrado do Município de Ibaiti. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

Encerrado as preferências retomemos à Ordem do Dia original:

ITEM 01

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 326/94, de autoria dos Deputados Dr. Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, que institui o Seguro Agrícola no Sistema Financeiro Estadual. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.A.I.C.. EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER DA C.C.J..

Aprovar nesse turno apenas a Emenda Substitutiva Geral já apreciada e aprovada em 2.ª Discussão. Em votação o Substitutivo. **Aprovado. O Projeto irá à Redação Final.**

ITEM 02

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 755/93, de autoria do Deputado Alceu Swarowski, que autoriza o Poder Executivo a dispor sobre a elaboração das folhas de pagamento dos servidores aposentados. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Neste turno aprovaremos as Emendas aprovadas em 2.ª Discussão. Lê Emendas nºs 01, 02. Em votação. **Aprovadas. O Projeto irá à Redação Final.**

ITEM 02-A

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 225/94, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que torna obrigatório a apresentação do certificado de garantia Estadual, fornecido pela Associação das Retíficas de Motores do Estado do Paraná - AREMOPAR, nas licitações públicas realizadas pelo Governo do Estado do Paraná, e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Aprovar nesse turno apenas e tão somente emenda de Plenário do Deputado Renato Adur. (Lê Emenda) - Em votação. **Aprovado. O Projeto irá à Redação Final.**

ITEM 03

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 382/94, de autoria do Poder Executivo -

Mensagem nº 145/94, que ficam reajustados os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em Comissão e as Funções Gratificadas dos Servidores Cíveis, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela consolidação das leis do trabalho, da administração direta e autarquias do Poder Executivo, vigentes em novembro de 1994, ficam reajustados em 14% (quatorze por cento), na forma do anexo conforme especifica. EMENDA SUBSTITUTIVA DO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA MENSAGEM Nº 159/94. COM PARECER DA C.C.J., APRESENTANDO SUBSTITUTIVO GERAL.

Apreciado nesse turno apenas o Substitutivo Geral, aprovado em 2.ª Discussão. Está em discussão. Está em votação. **Aprovado.**

O SR. DR. ROSINHA - Registro nosso voto contrário, porque nós somos favoráveis à proposta do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - **Projeto de Lei irá à Redação Final.**

ITEM 04

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 389/94, de autoria do Tribunal de Contas, que reajusta as tabelas de vencimentos dos funcionários do quadro de Pessoal do Tribunal de Contas. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F. EMENDA DA C.C.J. SUBSTITUTIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Apreciado também nesse turno o Substitutivo Geral com Parecer Favorável da C.C.J. aprovado em 2.ª Discussão. Está em votação. **Aprovado.**

ITEM 05

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 397/94, de autoria do Poder Judiciário do Estado, que reajusta conforme especifica a partir de 1º de dezembro de 1994, os vencimentos da Magistratura Paranaense. COM PARECER DA C.C.J. SUBSTITUTIVO GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, FAVORÁVEL DA C.C.J..

Está em votação. **Aprovado.**

O SR. DR. ROSINHA - Voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registre-se o voto contrário. **O Projeto irá à Redação Final.**

ITEM 06

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 398/94, de autoria do Poder Judiciário do Estado, que reajusta conforme especifica, a partir de 1º de dezembro de 1994, os vencimentos dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário e adota outras providências. COM PARECER DA C.C.J..

SUBSTITUTIVO GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 07

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 399/94, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que fixa o vencimento mensal do Cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, conforme especifica. COM PARECER DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS, FAVORÁVEL DA C.C.J..

Está em votação o Substitutivo Geral. **Aprovado.**

O DR. ROSINHA - Voto contrário a Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - **Projeto irá à Redação Final.**

ITEM 08

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 401/94, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que fixa o vencimento mensal do Cargo de Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado, conforme especifica. COM PARECER DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS, FAVORÁVEL DA C.C.J..

Anexado ao mesmo Projeto 400/94, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Está em votação. **Aprovado.**

O DR. ROSINHA - Voto contrário do PT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registre-se o voto contrário. **Projeto irá à Redação Final.**

ITEM 09

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 402/94, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que fixa a partir de 1° de dezembro de 1994 o vencimento básico mensal do cargo de auditor do Tribunal de Contas do Estado, conforme especifica. COM PARECER DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS, FAVORÁVEL DA C.C.J..

Está em votação. **Aprovado.**

O DR. ROSINHA - Voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registre-se o voto contrário.

ITEM 10

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 404/94, de autoria do Poder Judiciário do Estado, Ministério Público, que reajusta conforme especifica a partir de 1° de dezembro de 1994, os vencimentos do Ministério Público do Estado do Paraná. COM PARECER DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA PRO-

CURADORIA GERAL DE JUSTIÇA.

Está em votação. **Aprovado.**

O DR. ROSINHA - Voto contrário do PT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registre-se o voto contrário, ele irá à **Redação Final.**

ITEM 11

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 405/94, de autoria do Poder Judiciário do Estado, que reajusta os vencimentos dos cargos efetivos e inativos do quadro de pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, a partir de 1° de dezembro de 1994. CONFORME ESPECIFICA COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA.

O SR. JOSÉ TAVARES - Excelência, só para retificar mais uma vez que não é do Poder Judiciário, e sim do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Perfeitamente, falha na impressão.

3.^a Discussão do projeto de lei de autoria do Ministério Público. Está em votação. **Aprovado.**

O DR. ROSINHA - Voto contrário do PT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registre-se o voto contrário, o Projeto irá à **Redação Final.**

ITEM 12

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 594/93, de autoria do Deputado Nereu Moura, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Assis Gurgacz. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 055/94, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que autoriza a construir um barracão nos municípios com menos de 10.000 (dez mil) habitantes para a instalação de pequenas indústrias. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.A.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 151/94, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que denomina Ponte Ayrton Senna da Silva, a ponte que interliga Guaira a Mato Grosso do Sul. SEM PARECERES, REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

257/94, de autoria do Deputado Antônio Anibelli, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para realização de projetos culturais e dá outras providências. SEM PARECERES, REGIME DE URGÊNCIA.

Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu acho que a Mesa esqueceu do Substitutivo Geral que está sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Assessoria não me passou. A Mesa retornou, então, à votação.

2ª Discussão do Projeto de Lei nº 257/94, de autoria do Deputado Antônio Anibelli. Recebe emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria dos Srs. Deputados Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 257/94
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Estado do Paraná, incentivo fiscal para a realização de projetos culturais, a ser concedido a pessoa física ou jurídica contribuinte do Estado.

§ 1º - O incentivo fiscal referido no "caput" deste artigo corresponderá ao recebimento, por parte de empreendedor de qualquer projeto cultural no Estado, seja através de doação, patrocínio ou investimento, de certificados de enquadramento expedidos pelo Poder Público, correspondentes ao valor do incentivo autorizado pelo Executivo.

I - Para efeitos desta lei entende-se por:

a) - Empreendedor - a pessoa física ou jurídica, domiciliada no Estado do Paraná, diretamente responsável pelo Projeto cultural beneficiado pelo incentivo estadual;

b) Incentivador - a pessoa física ou jurídica, contribuinte ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS, do Estado do Paraná, que tenha transferido recursos através de doação, patrocínio ou investimento para a realização de projeto cultural beneficiado pelo incentivo estadual;

c) Doação - a transferência gratuita, em caráter definitivo, ao empreendedor, de recursos para a realização de projeto cultural, vedado o uso de publicidade paga para a divulgação desse ato;

d) Patrocínio - a transferência gratuita, em caráter definitivo, ao empreendedor, de recursos para a realização de projetos culturais, com finalidade promocionais, publicitárias ou de retorno institucional;

e) Investimento - a transferência de

recursos ao empreendedor para a realização de projetos culturais com vistas à participação em seus resultados financeiros;

f) Certificado de Aprovação - o documento emitido pela Secretaria de Estado da Cultura, ou órgão correlato, representativo da apreciação e da aprovação do projeto cultural, a ser usado pelo empreendedor como comprovante de aprovação perante potenciais incentivadores;

g) Certificado de Incentivo - o documento, emitido pela Secretaria de Estado da Cultura até o valor global de incentivo fixado a cada ano, representativo da autorização para que se efetive a transferência de recursos conforme previstos no Certificado de Aprovação.

§ 2º - Os portadores dos certificados poderão utilizá-los para a dedução no pagamento dos impostos sobre circulação de mercadorias até o limite de 20% (vinte por cento) do valor a cada incidência de tributos.

§ 3º - O valor dos certificados não poderá ser superior a 70% (setenta por cento) do valor do projeto.

§ 4º - O Poder Executivo fixará, anualmente, o valor que deverá ser usado como incentivo cultural que não poderá ser inferior a 2% (dois por cento) nem superior a 5% (cinco por cento) da receita proveniente do ICMS.

§ 5º - Deverá ser utilizado no mínimo 80% (oitenta por cento) do valor destinado ao incentivo cultural instituído na presente lei, à produção de criação local.

Art. 2º - São abrangidas por esta Lei as seguintes áreas:

I - Música e dança;

II - Teatro e circo;

III - Cinema, fitografia e vídeo;

IV - Literatura;

V - Artes plásticas, artes gráficas e filatelia;

VI - Folclore e artesanato;

VII - Acervo e patrimônio histórico e cultural de museus e centros culturais;

VIII - Escolas de samba e blocos carnavalescos devidamente reconhecidos pelas associações domiciliadas no Estado do Paraná;

IX - Pesquisa e documentação;

X - Preservação de bens culturais e artísticos;

XI - Design.

Art. 3º - Fica autorizada a criação, junto à Secretaria de Estado da Cultura, de uma Comissão Independente e autônoma, formada majoritariamente por representantes do setor cultural - a serem enumerados pelo decreto regulamentador da presente lei - e por técnicos da Administração Estadual, que ficará incumbida da averigua-

ção e da avaliação dos projetos culturais apresentados.

§ 1º - Aos membros da Comissão, que deverão ter mandato de um ano, podendo ser reconduzidos, não será permitida a apresentação de projetos durante o período de um ano, prevalecendo esta vedação até 01 (um) ano após o término do mesmo;

§ 2º - A Comissão terá por finalidade analisar exclusivamente o aspecto orçamentário do Projeto, sendo-lhe vedada se manifestar sobre o mérito do mesmo.

§ 3º - O Poder Executivo deverá fixar o limite máximo de incentivo a ser concedido por projeto, individualmente;

§ 4º - Uma parcela dos recursos a serem destacados ao incentivo deverá ser destinado para a aquisição de ingressos em espetáculos e shows culturais promovidos pelo Estado;

Art. 4º - Para a obtenção do incentivo referido no art. 1º, deverá o empreendedor apresentar à Comissão cópia do Projeto Cultural, explicitando os objetivos e recursos financeiros e humanos envolvidos, para fins de fixação do valor do incentivo e fiscalização do imposto.

Art. 5º - Aprovado o projeto, o Executivo providenciará a emissão dos respectivos certificados para a obtenção do incentivo fiscal.

Art. 6º - Os certificados referidos no artigo 1º terão prazo de validade, para sua utilização, de 2 (dois) anos a contar de sua expedição, corrigidos pelos mesmos índices aplicáveis na correção de imposto.

Art. 7º - Além das sanções penais cabíveis, será multado em 10 (dez) vezes o valor incentivado o empreendedor que não comprovar a correta aplicação desta Lei, por dolo, desvio de objetivo e/ou dos recursos.

Art. 8º - As entidades de classe representativas dos diversos segmentos da cultura poderão ter acesso, em todos os níveis a toda a documentação referente aos projetos culturais beneficiados por esta Lei.

Art. 9º - As obras resultantes dos Projetos culturais beneficiados por esta Lei, serão apresentadas, prioritariamente, no âmbito territorial do Estado do Paraná, devendo constar a divulgação do apoio institucional do Estado do Paraná.

Art. 10 - Fica autorizada a criação, junto à Secretaria de Estado da Cultura, do Fundo Especial de Promoção das Atividades Culturais.

Parágrafo Único - Constituirão receitas do Fundo de que trata o "caput" deste artigo, além das provenientes de dotações orçamentárias, o preço da cessão do corpo estável e rendas de bilheterias; direitos autorais, patrocínios recebidos, participação como co-promotor, co-produtor e co-editor e merchandising; multas aplicadas por danos causados ao patrimônio histórico e cultural e rendimentos provenientes de aplicações com fim específico não destinado, além de outras rendas eventuais.

Art. 11 - Caberá ao Executivo a regulamentação da presente lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua vigência.

Art. 12 - esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.12.94.

(aa) DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

OVIDIO CONSTANTINO

Apoio: José Arthur Ritti, Algaci Túlio e Ernani Pudell.

O SR. PRESIDENTE - **Está reaberta a Sessão.**

O Projeto, segundo entendimento das lideranças, fica para o final da Sessão.

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 334/94, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 113/94, que fica o Poder Executivo autorizado a doar veículos de propriedade do Instituto de Saúde do Paraná- IDEP, que se encontram cedidos a outros órgãos da Administração Pública Estadual e as Prefeituras Municipais, aos respectivos órgãos e município. Com PARECER DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 338/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que altera composição do Colegiado instituído pela Lei nº 4978, de 05 de dezembro de 1964. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 18

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 343/94, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que fixa valores para gratificação pro-labore atribuída aos conciliadores e aos árbitros dos Juizados Especiais de Pequenas Causas, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 19

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 351/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 119/94, que revoga a Lei nº

9.661, de 15 de julho de 1991, que autoriza o Poder Executivo a desapropriar o imóvel onde está localizado o prédio da Escola Estadual Ermelino Matarazzo, no Município de Antonina. COM PARECER da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 20

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 352/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 120/94, que objetiva regulamentar o art. 37 da Constituição Estadual, o qual trata dos direitos do servidor público estadual eleito para cargos de direção sindical. COM PARECER da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 21

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 355/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 121/94, que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, área de terras de propriedade do Estado, localizadas no Município de Jacarezinho, conforme especifica. COM PARECER da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 22

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 358/94, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que concede o Título de Cidadã Honorária do Paraná à Senhora Anita Gaspari Albuquerque. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 23

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 368/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 138/94, que fica o Poder Executivo autorizado a ceder à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, os imóveis conforme especifica. COM PARECER da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 25

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 372/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede o Título de Cidadã Benemérita do Paraná, à Senhora Maria Cristina Andrade Vieira. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 26

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 378/94, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que suprime da Lei n° 5.340 de 24/05/66 a criação do Distrito Administrativo de Itacorá no Município de São Miguel do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 27

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

380/94, de autoria do Deputado Domingos de Carvalho, que declara de Utilidade Pública ao casarão Cícero Moraes Colect, com sede e foro no Município de Castro. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J..**

Apreciado Substitutivo Geral da CCJ.

Em discussão o projeto e a emenda.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Tendo em vista o Substitutivo Geral, a aprovação da emenda substitutiva prevalecerá sobre o projeto.

Em votação o Substitutivo.

Aprovado.

O projeto irá à 3.^a discussão.

ITEM 28

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 387/94, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Centro Cultural Ítalo-Brasileiro de Toledo, com sede e foro na cidade de Toledo, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 29

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 406/94, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que declara de Utilidade Pública Estadual, a sociedade evangelística "Os Atalaias de Cristo" - SEAC com sede e foro no Município de Mauá da Serra - Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 30

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 407/94, de autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Mamborê. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 31

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 423/94, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a doar, ao Município de Jundiá do Sul, o trator de esteira marca FIAT, modelo AD-14, ano 1975, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 32

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 425/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que institui auxílio-alimentação para servidores da Administração Direta e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 33

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 426/94, de autoria do Deputado Carlos Simões, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense Alegria de Viver, com sede e foro em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 34

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 427/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 160/94, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de R\$ 300.000,00, conforme especifica. COM PARECER da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 35

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 428/94, de autoria do Deputado Colombino Grassano, que declara de Utilidade Pública a Associação e Oficinas de Caridade Santa Rita de Cássia de Arapongas, com sede e foro na cidade de Arapongas, Estado do Paraná. COM PARECER da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 36

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 430/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 164/94, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de R\$ 9.170.000,00, para o Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, conforme especifica. COM PARECER da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 37

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 431/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 163/94, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de R\$ 315.000,00, conforme especifica. COM PARECER da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 39

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 055/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do Município de Bom Jesus do Sul, a ser desmembrado do Município de Barracão. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 40

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo n° 004/94, de autoria da Comissão Executiva, que fixa, para a Legislatura a iniciar-se em 01 de fevereiro de 1995 o valor da remuneração dos Deputados Estaduais. COM PARECER FAVORÁVEL da C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 41

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo n° 005/94, de autoria da Comissão Executiva, que fixa a remuneração do Governador e vice-Governador do Estado do Paraná, na forma que especifica. COM PARECER FAVORÁVEL da C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 42

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 306/94, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Chebli Mitre Abou Nabhan. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 43

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 336/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 115/94, fica revogada a Lei n° 10.437, de 30 de agosto de 1993, que dispõe sobre reutilização, pelas polícias civil e militar, de armas apreendidas no Estado do Paraná. COM PARECER da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 44

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 433/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 165/94, que autoriza a doar terreno de sua propriedade à Fundação Cardíaco, conforme especifica. PARECER da C.C.J..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Paulo Maia, constante do expediente, solicitando a retirada do Projeto de Lei n° 433/94, por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica, portanto adiada a discussão do Projeto de Lei n° 433/94 por 10 (dez) sessões.

ITEM 45

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 054/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a redação do art. 1° da Resolução n° 43/94. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 46

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 056/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná, alienar a BANESTADO S/A - Reflorestadora, terras de devolutas nos Mu-

nicípios de Castro, Ponta Grossa e Campo Largo. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..
Aprovado, artigo por artigo.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Queria registrar a presença na tribuna de honra desta Casa, dos Prefeitos Nelson Teodoro, de Imbituva, e Hermes Teixeira, de Araruna.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência lembra mais uma vez aos Senhores Deputados que dentro de alguns instantes, estará sendo realizado um debate acerca da Lei Zico, nas dependências do Poder Legislativo.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2807 de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando que o Projeto de Lei nº 594/93 tenha seu trâmite normal, sem dispensa de Redação Final.
Aprovado.

A Mesa consulta o Deputado Antônio Annibelli e Florisvaldo Fier para o entendimento que chegaram acerca do Projeto nº 257/94.

Requerimento nº 2808 de autoria do Senhor Deputado José Tavares, com apoio do Senhor Renato Adur apresentado na sessão do dia 13, propõe a transformação do Plenário em Comissão Geral para este dia 15 para apreciar emendas porventura apresentadas aos projetos dos Senhores Deputados e Mensagens Governamentais. Em votação.
Aprovado.

2. Discussão do Projeto de Lei nº 257/94. O mesmo recebe Emenda Substitutiva Geral que será relatada em Comissão Geral de Plenário.

Designo o Deputado Durval Amaral para relatar em Comissão Geral de Plenário.

O SR. DURVAL AMARAL - Senhor Presidente, indago à Presidência se devo dar parecer sobre a Emenda Substitutiva ou sobre o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a Emenda Substitutiva.

O SR. DURVAL AMARAL - Sobre a Emenda Substitutiva Geral nº 257/94 ela obedece os requisitos da Lei e está de acordo com os preceitos constitucionais.

Por isso, sou favorável a sua apreciação pelo Plenário desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em discussão o Parecer em Comissão Geral do Deputado Durval Amaral ao Substitutivo Geral Projeto nº 257/94. Deputados que forem favoráveis ao parecer permaneçam como estão. **Aprovado o parecer.** Está em discussão o Projeto e a Emenda Substitutivo Geral de Plenário. Está em

votação o Projeto, ressalvada a emenda substitutiva.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, esta Casa por três ou quatro anos vem batalhando e venho batalhando. Esse Projeto foi aprovado no ano passado e o Governador Roberto Requião vetou este Projeto. O nosso Estado vem passando um atestado de ignorância, quando os outros Estados da Federação já têm esse benefício, que parte do ICMS seja destinado a entidades culturais para valorizar a tradição do Paraná, das nossas entidades, enfim, favorecer a cultura.

Agora, vem o PT no fim do mandato trazendo o meu Projeto, quer modificar, excluindo os times de futebol. Não concordo Sr. Presidente, peço que o Plenário vote favorável ao meu Projeto porque é um Projeto sério, que estudei muito tempo, e quero votar com seriedade; sob pena de virar bagunça, no último dia muda tudo, esta Casa não vai acabar, o PT vai continuar com a representação ainda maior. Talvez essa iniciativa fosse deles, talvez essa Casa já tivesse aprovado. Mas não concordo em ceder depois de quatro anos de estudo entregar o meu Projeto a entidades que não sei quais são, que instruíram o PT a fazer, a ser manipulado para votar a esta Casa e os nossos Deputados também.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

As alterações apresentadas, vou ser bem pontual para que se possa compreender. A primeira delas é que toda a arrecadação para a área de cultura do nosso Estado seja 80% voltado às entidades que atuam na área de cultura, entidades paranaenses. Nós colocamos como decisão uma formação de uma Comissão, e esta Comissão, existente já no Projeto original, a gente exclui daí a presença de clubes de futebol, que é a exclusão que fazemos; e os demais já têm as entidades culturais. Então, o Deputado Ernani me lembrou, os clubes de futebol já têm os bingos não precisam participar do fundo de cultura do nosso Estado.

A outra questão que a gente altera é criando o fundo próprio como já existe na Lei de São Paulo. Aonde que fomos buscar essas idéias? Essas idéias fomos buscar na lei que está vigorando no Município de Curitiba, sancionada pela atual administração, apresentada pelo Vereador Ângelo Vannoni na Câmara dos Vereadores e aprovada então, sancionada pelo Prefeito Rafael Greca. Então, estamos colocando o mesmo paralelo em relação à Municipal, só que ao invés de usar IPTU que se usa no Município, no Estado se usa ICM^o.

Então, neste sentido é que a gente pe-

de aprovação desse Substitutivo Geral, ele simplesmente aperfeiçoa, são as únicas alterações que fazemos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência orienta o Plenário de como irá proceder a votação dessa matéria. A Mesa colocará em votação o Substitutivo Geral, havendo a aprovação do Substitutivo evidentemente estará prejudicando o Projeto.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI (Pela Ordem) - O Deputado Vanhoni quando assumir o seu mandato que apresente aqui, sou o Deputado e estou apresentando e a Assembléia já votou uma vez. Peço, Sr. Presidente, que confirme a votação do ano passado, o mesmo Projeto, foi reapresentado e aprovado novamente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Os Srs. Deputados que forem favoráveis...

O SR. JOSÉ TAVARES (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, apenas para orientar a Bancada, o Governo não tem posição em relação a essa matéria porque não é uma matéria que nasceu dentro do Governo e veio a esta Casa pelas mãos do Governador Mário Pereira, mas em se tratando de uma matéria de autoria de um colega Deputado, companheiro de Bloco, quero orientar a Bancada no sentido de ficar liberada para que os companheiros votem de acordo com

suas consciências. Eu pessoalmente, votarei com o Deputado Annibelli.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Deixaremos liberados os colegas também, para votação, e estarei votando com Substitutivo do PT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Substitutivo dos Deputados Ernani Pudell, Florisvaldo Fier e Ovídio Constantino. **Rejeitado o Substitutivo.** Senhores Deputados que forem favoráveis ao Projeto de autoria do Deputado Antônio Annibelli. **Aprovado o Projeto e Rejeitado o Substitutivo.**

Requerimento nº 2809 de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, requer dispensa de votação, discussão e redação final para os Projetos aprovados em 2.^a Discussão, nesta Sessão Extraordinária que não tenham sofrido Emendas na sua tramitação. **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para logo a seguir, com a seguinte

ORDEM DO DIA

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 370 e 380/94.

Levanta-se a sessão.